

Publication status: Not informed by the submitting author

LAND ISSUES AND QUILOMBOLA TERRITORIES OF EAST MARAJÓ: A PORTRAIT OF AN AMAZON COLONIZED BY BRAZIL

Marcelo Rodrigues Lopes, Odenira Correa Dias

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.9844>

Submitted on: 2024-09-12

Posted on: 2024-09-16 (version 1)

(YYYY-MM-DD)

QUESTÃO FUNDIÁRIA E OS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS DO LESTE MARAJOARA: O RETRATO DE UMA AMAZÔNIA COLONIZADA PELO BRASIL

MARCELO RODRIGUES LOPES

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4917-0575>
<marceloagro016@gmail.com>

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (RJ), Brasil

ODENIRA CORREA DIAS

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2691-341X>
<nira182017@gmail.com>

Universidade Federal do Pará (Ineaf/UFPA). Belém, Pará (PA), Brasil

RESUMO: Objetiva-se neste artigo aliar as perspectivas contemporâneas de epistemologias raciais e os projetos de desenvolvimento impostos ao Leste marajoara para se analisar os conflitos fundiários na região. As ferramentas metodológicas mobilizadas foram a pesquisa bibliográfica, aliado à um trabalho de campo imersivo, composto por observação participante, questionários socioeconômicos e entrevistas semiestruturadas. Posteriormente, as informações alcançadas em campo foram tratadas através da transcrição das entrevistas gravadas, bem como a tabulação de dados dos questionários socioeconômicos. Diante dos territórios das comunidades quilombolas do Leste marajoara, depreende-se que o Estado continua a subalternizar e inferiorizar a vida desses sujeitos, pois ao passo que não constrói ações que acelerem as demarcações dos territórios, age como um comerciante “vendendo” a região para latifundiários que queiram investir suas *commodities* naquelas terras. O avanço indiscriminado dos latifúndios de arrozais aliado à construção da rodovia PA-154 para escoamento da produção na região vem aprofundando os conflitos e a violência que se sobrepõem sobre as comunidades, conformando um cenário de guerra. Os discursos e as mobilizações locais vistas pelos moradores “tradicionais” de Vila União/Campina nos denotam para práticas de resistência diante do horizonte da morte imposto a partir da construção da rodovia PA-154, bem como do monocultivo de abacaxi e o avanço dos arrozais.

Palavras-chave: Marajó, subalternidade racial, neocolonialismo, conflitos fundiários, latifúndio.

LAND ISSUES AND QUILOMBOLA TERRITORIES OF EAST MARAJÓ: A PORTRAIT OF AN AMAZON COLONIZED BY BRAZIL

ABSTRACT: The aim of this article is to combine contemporary perspectives on racial epistemologies and the development projects imposed on the Eastern Marajoara in order to analyze land conflicts in the region. The methodological tools used were bibliographical research, combined with immersive fieldwork, consisting of participant observation, socio-economic questionnaires and semi-structured interviews. The information obtained in the field was then processed by transcribing the recorded interviews and tabulating the data from the socio-economic questionnaires. In the face

of the territories of the quilombola communities of the eastern Marajoara, it can be seen that the state continues to subordinate and inferiorize the lives of these individuals, because while it does not take action to speed up the demarcation of the territories, it acts like a merchant “selling” the region to landowners who want to invest their commodities in those lands. The indiscriminate advance of rice plantations, combined with the construction of the PA-154 highway to transport production in the region, has deepened the conflicts and violence that have overtaken the communities, creating a scenario of war. The speeches and local mobilizations seen by the “traditional” residents of Vila União/Campina show us practices of resistance against the horizon of death imposed by the construction of the PA-154 highway, as well as pineapple monoculture and the advance of rice paddies.

Keywords: Marajó, racial subalternity, neocolonialismo, land conflicts, large estate.

INTRODUÇÃO

A história dos “projetos de desenvolvimento”¹ que o Estado brasileiro formula e implementa no Marajó, mais precisamente no recorte geográfico leste deste arquipélago, ou a própria inação do Estado perante a violência gerada pelos grandes empreendimentos ou por latifundiários na região nos denota para um cenário que até para os dias atuais reforçam considerações de que na região o período de colonização não findou. Projetos pensados e operacionalizados por agentes externos ao lugar (considera-se o Estado um agente externo ao Marajó) se utilizam da prerrogativa de que buscam “salvar” a região, que possui os menores índices de desenvolvimento humano (IDHM) do país², para continuar a paulatinamente construir ações com total desprezo pelos sujeitos que ali historicamente vivem e trabalham.

Nos séculos do Brasil como colônia portuguesa, os campos marajoaras já eram explorados por grandes fazendas que mobilizaram o espaço para a criação bovina, porém houve o declínio de tal modelo de produção no início do século XX. O interesse do governo federal pela região retorna no período militar com incentivos para a “ocupação” do espaço com a implementação de projetos para exploração dos seus recursos naturais de forma intensiva, esse interesse se espraia para além do recorte temporal ditatorial da história deste país, alcançando os regimes democráticos atuais. Nesse sentido, este artigo parte da história agrária do leste marajoara para embasar a consideração de que a região continua a representar para o Estado brasileiro um espaço de sujeitos subalternos e descartáveis, sendo cabível destina-los a conviver com projetos de desenvolvimento que visam explorar o máximo dos

¹ Este termo é mobilizado a partir da leitura de Loureiro (2022) que ao traçar a história da Amazônia, ressalta que a partir da década de 1970 os Governos Federais vem construindo inúmeras ações que visam “integrar” a região ao Brasil, de modo que o que a autora considera central nestas ações é a forma em que os sujeitos amazônicos são subalternizados racialmente e os recursos naturais da região vistos apenas como ativos econômicos e dignos de extração intensiva, capazes de melhorar os índices do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

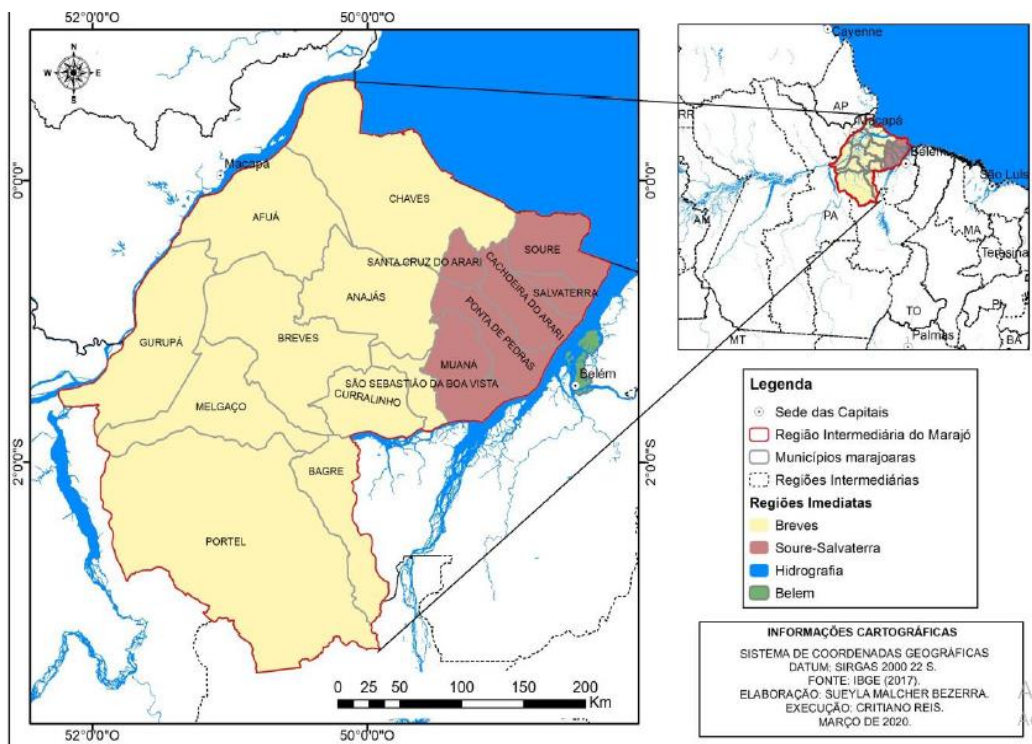
² O Marajó possui índices alarmantes relacionados IDHM dos seus municípios. Grande parte dos dezesseis municípios possui valor de IDHM considerado baixo, um deles é Melgaço que no Censo de 2010 apresentou o menor IDHM do Brasil, apontando inúmeros problemas que afetam a qualidade de vida do local. Não por acaso, nessa região há uma significativa dependência das famílias em relação aos programas sociais, como o Programa Bolsa Família (PBF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) (SIT/MDA, 2012).

recursos naturais disponíveis, deixando rastro de pobreza e violência para as populações que ali habitam.

O Marajó é conformado a partir de inúmeras ilhas, que o caracteriza como sendo o maior arquipélago fluviomarinho do planeta, possuindo campos naturais, planícies alagadas e densas florestas. Neste arquipélago há 16 municípios, os quais se subdividem nas microrregiões de Arari (Cachoeira do Arari, Chaves, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari e Soure), Furos de Breves (Afuá, Anajás, Breves, Curralinho e São Sebastião da Boa Vista) e Portel (Bagre, Gurupá, Melgaço e Portel) (SIT/MDA, 2007). Predomina a população residente em área rural (56,59%), enquanto que a média do Pará é de 31,5 % e a nível nacional é de 16% (IBGE, 2010).

Um importante diferencial territorial do Marajó é indicado por Lisboa (2012), que utiliza como parâmetros a base da economia e a utilização das terras, dividindo o arquipélago em dois grandes biomas: a região dos Furos de Breves e a dos Campos do Arari. Sobre a primeira, mais a oeste, o autor pontua que é onde se tem predominância de cobertura florestal, com as populações rurais espalhadas pelas margens dos rios e igarapés, desenvolvendo uma série de conhecimentos próprios para sua existência. Já na região dos Campos, mais ao leste, para a qual destacamos a análise deste trabalho, é onde se observa a potencialização da pecuária que, segundo o referido autor, é controlada por poucas pessoas, sobretudo fazendeiros, estando os demais marajoaras das comunidades tradicionais realizando a exploração de recursos dos campos, manguezais, várzeas, trabalhando com a pesca e uma agricultura de subsistência e comercial.

Figura 1 – Mapa de localização do arquipélago do Marajó, com destaque para a região do Leste marajoara.



Fonte: IBGE (2017). Retirado de Bezerra (2020).

Objetiva-se neste artigo analisar os projetos econômicos pensados e desenvolvidos no Leste marajoara sob a ótica de um referencial teórico que mobilize uma perspectiva racial que nos ofereça condições de observar sobre como a escolha de espaços para a implementação destas ações possui aproximações com um ideário do Estado brasileiro e de empresários da subalternidade e inferioridade das populações locais. Ademais, demonstra-se a partir da realidade da comunidade quilombola de Vila União/Campina no município de Salvaterra sobre como os “sujeitos afetáveis” (Da Silva, 2022) são impactados por empreendimentos, ou de técnicas de necropoder (Mbembe, 2016) que desrespeitam seu território e suas identidades.

A partir de um “desconforto teórico” (Rosa, 2022) sobre a condução das análises sobre a Amazônia e os grandes projetos que para ali se direcionam, buscou-se como recorte metodológico o aprofundamento em novas epistemologias desenvolvidas principalmente a partir do Sul global que dialoguem sobre o debate sobre sujeitos racializados e as ações perversas do Estado no capitalismo contemporâneo. Assim, neste primeiro esforço bibliográfico também atentou-se para a reunião de produções científicas sobre a questão dos conflitos fundiários que envolvem os quilombolas no Leste marajoara, além de dados quantitativos que nos ofereçam o cenário do processo de titulação dos territórios na região.

O trabalho de campo foi realizado a partir de visitas na comunidade desde 2022, porém de forma imersiva com a permanência no território no mês de agosto de 2023, no qual neste período mobilizou-se como instrumentos metodológicos para a coleta mais aprofundada de dados, a observação participante (Minayo, 2001), auxiliando-se também com o uso de registros fotográficos e do diário de campo como instrumentais. Ademais, realizou-se a aplicação de vinte e um questionários socioeconômicos com grupos familiares da comunidade, buscando-se assim construir uma caracterização dos núcleos familiares. Foram ainda realizadas quatorze entrevistas semiestruturadas, de forma não dirigida que, como destacam Marconi e Lakatos (2007), proporcionam ao entrevistador o gerenciamento do momento para a orientação que julgue mais adequada, entendendo assim suas dúvidas de forma mais extensa, e o interlocutor tem liberdade de expor suas proposições sem limitações.

Destaca-se que, no momento da realização das entrevistas e questionários, foram solicitadas autorizações aos interlocutores por meio de assinatura dos Termos de Consentimento, para uso dos dados que forem coletados nas entrevistas, anotações no diário de campo, fotos e gravações, na construção e elaboração do trabalho científico. As entrevistas realizadas foram gravadas, transcritas e, utilizando-se dos pressupostos da análise de conteúdo (Bardin, 1979), ou seja, lidas, até que as ideias pudessem ser sistematizadas e delas extraídas as “unidades de significação” para a investigação. O momento de transcrição foi realizado por meio do programa Microsoft Word, já a definição, organização, bem como o processo de análise das unidades de significação ocorreu por meio do software NVivo.

O artigo está estruturado em mais quatro tópicos para além desta introdução. No segundo tópico, apresentamos a linha teórico-epistemológica baseada em autores contemporâneos e do Sul-Global que aprofundam o debate crítico sobre como a raça se torna um vetor essencial para se compreender a figura do sujeito e de espaços subalternizados e descartáveis, com atenção especial para como a Amazônia a partir dos anos de 1970 se torna uma região colonizada pelo Brasil. Na sessão seguinte tem-se um breve recorte histórico acerca da formação dos quilombos no Marajó, bem como se pontua sobre o papel do Estado brasileiro, seja nos conflitos atuais gerados pela imposição de

projetos de “desenvolvimento”, ou pela permissibilidade da violência na região. No quarto tópico aproxima-se de perto da realidade dos “afetados”, no território quilombola Vila União/Campina buscando apresentar os conflitos locais gerados pelos grandes empreendimentos impostos para o Leste marajoara, bem como sinais de resistência e articulações dos sujeitos que ali vivem. Por fim, nas considerações finais dialoga-se a realidade do Leste marajoara com as teorias contemporâneas sobre raça e desenvolvimento para apontar horizontes que indicam como a região é subalternizada racialmente para servir aos interesses do Estado e de latifundiários como uma colônia dentro do país.

2. “SUJEITO AFETADO”; “NÃO HUMANO”, “DESCARTÁVEIS”: TEORIAS PARA ENTENDER A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO AMAZÔNICO COMO “O OUTRO” DENTRO DO BRASIL

O “processo de integração” da Amazônia ao Brasil se molda a partir da construção e implementação de projetos e ações que objetivam introduzir a região de forma definitiva e violenta nos processos de acumulação econômica do país, com a intensificação de ações a partir da década de 1970, no auge da ditadura militar. Assim sendo, neste período se desenhou o cenário que atualmente caracteriza a relação entre o Estado brasileiro e as populações tradicionais da região amazônica, que é a de ainda persistência em implementar ações projetadas externamente e sem participação das comunidades locais, além da permissibilidade para que a violência e o autoritarismo imperem em determinadas regiões da Amazônia.

É baseando-se nas considerações de Loureiro (2022) que concorda-se que ainda persiste para as populações amazônicas a mesma visão de séculos atrás quando colonizadores portugueses chegaram a estas terras, a de um espaço habitado por indivíduos inferiores e subalternos. Entretanto, para a autora esse ideário está desenhado nos projetos do país “Brasil” que há décadas de forma mais incisiva anseia em transformar os povos e as culturas da Amazônia, pois a consideram como o lugar do estranho, exótico, da inferioridade cultural e racial, lugar de indígenas e caboclos que vivem em meio a mata e que tanto os sujeitos quanto a natureza necessitam ser domesticados (Loureiro, 2022).

A produção pelo Estado brasileiro do ser amazônico como o “outro” dentro do país, pode ser articulado com o que Da Silva (2022) ressalta sobre a definição do que é humano e de quem são seus “outros” no mundo global. A autora compreende que a razão no pensamento moderno é fator preponderante para a subjugação dos sujeitos, por conta da sua raça, sendo que a razão universal se torna preponderante por estabelecer por postulados científicos que denotam diferenças entre o sujeito autodeterminado e seus outros, estes últimos com as mentes ainda submetidas às condições naturais. Tadiar (2022) também infere que os efeitos do colonialismo, aliado aos códigos de sexo, gênero e raça são vetores que influenciam na consideração de que sujeito e modo de vida é “humana”, já que esse status irão conferir ao sujeito privilégios e sentimento de pertencimento a este mundo. Este status diz respeito ao acesso a direitos que podem ser negados ou adiados para os que ainda estão na condição de se tornarem humanos, ou os “descendentes dos miseráveis da terra”.

Loureiro (2022) considera que foi sob esse manto de valores guiados a partir do racial, que classificavam os homens em seres superiores e inferiores, que se organizou a sociedade ocidental moderna. E no caso amazônico, desde o “descobrimento”, a rejeição do branco à figura indígena e seus modos de vida, baseia a visão da região como atrasada e com sujeitos subalternos cultural e

racialmente necessitando assim de ações que visem diluir ou desaparecer com os agrupamentos sociais inferiores.

Para Da Silva (2022), aliado ao racial, a ciência produzirá concepções de corpos e configurações sociais como significantes em dois tipos de mentes: o eu transparente, surgindo na Europa pós iluminista (e no caso brasileiro, no Centro-Sul do país), é a mente da civilização moderna, que consegue mobilizar os efeitos da razão universal; e o eu afetável (sujeito amazônico) que é a mente não europeia, de cultura primitiva ou tradicional, sujeitada às determinações exteriores quanto à força superior. Poderíamos ler o Eu afetável, também na concepção que Mbembe (2018) apresenta sobre os selvagens ou seja, seres humanos “naturais”, que não dispõem do caráter específico humano, da realidade especificamente humana, de tal forma que, na época colonial e nos tempos recentes os sujeitos transparentes (Da Silva, 2022) os massacravam, sem construir uma consciência daquilo como crime.

O não reconhecimento do Estado brasileiro da importância que a vida das populações tradicionais amazônicas possui, pode se aproximar do que Loureiro (2022) ressalta que é um projeto que visa apenas a espoliação dos recursos naturais presentes na região, ignorando-se as pessoas e famílias que dela dependem. Para tanto, Tadiar (2022) nos apresenta o conceito de forma de vida de valor, que são os modos de vida que possuem um valor social, ou seja, que produzem elementos que possam ser capitalizáveis, como mercadoria, dinheiro e etc. Essa valoração é personificada historicamente pela figura do Eu transparente, em contrapartida ao outro do valor, ou seja a coisa desvalorizada, neste caso relacionado especialmente com a negritude, em suma o Eu afetado, (Da Silva, 2022; Tadiar, 2022). Fatores como sexo-gênero e raça, também implicam de forma importante se a vida gerará um valor maior ou menor, operando como tecnologias sociais que irão desempenhar também um papel essencial não só no pendulo de valorização e desvalorização da vida de trabalho dos sujeitos, mas também nas formas de vida que valem a pena ser remunerável moldando assim a relação contraditória entre vida humana e vida descartável (Tadiar, 2022).

A partir da leitura da construção da subalternidade da Amazônia pelo Estado brasileiro por Loureiro (2022), depreende-se que a diferenciação racial foi preponderante para a edificação do sujeito amazônida como “outro” dentro do país. Nesse sentido, a autora elenca fatores que facilitaram essa conversão da região como inferior. Primeiramente a autora cita o fato da Amazônia até início do século XIX integrar a colônia Grão-Pará e Maranhão e não a colônia Brasil, e embora a integração entre as duas colônias no recém independente país Brasil, as sociedades da região amazônica continuavam a estar apartadas da nação, sendo somente construída uma via terrestre que ligasse ambos os espaços em 1961 com a Belém-Brasília. Ou seja, o isolamento da Amazônia só foi rompido há pouco tempo.

Como segundo ponto, Loureiro (2022) destaca que o distanciamento geográfico e político da Amazônia do Brasil influenciou na existência de peculiaridades na região como: a presença do linguajar diferenciado (já que a língua indígena nheengatu era a principal na região até final do século XIX); a predominância indígena e cabocla; cotidiano muito conectado aos rios e florestas; precária formação escolar e intelectual da sociedade amazônida representava um prato cheio para o centro-sul olhar a região como atrasada e de fora das fronteiras da civilização, num país que começava a se modernizar rapidamente após 1930. O imaginário construído pelo homem branco que vem de fora desde o “descobrimento” da Amazônia é outro ponto ressaltado por Loureiro (2022). Os mitos, que as visões fundadas e em grande parte distorcidas sobre a terra e as gentes amazônicas também contribuíram

para a conversão da região como “Outro” dentro do Brasil, um Outro que é estranho por conta de seus hábitos e seu lugar de vida, uma floresta tida como desconhecida e traiçoeira.

Ainda nessa construção da Amazônia como região de colônia dentro do Brasil, Loureiro (2022) ressalta duas questões a mais, uma sendo como o discurso que produz espaços subalternos vem de espaços considerados hegemônicos, neste caso os amazônidas como subalternos é um discurso proferido de lugares dominantes, como o Centro-Sul do país (que é considerado o lugar de produção de conhecimento e ciência no Brasil). Outra questão é sobre o complexo de colonizado e inferioridade que se anexa ao sujeito amazônida, sentimento este que se renova temporalmente e é imposta pelo homem branco aos não brancos de forma violenta já que atravessa todos os espaços de vida pessoal e social das pessoas.

Para Loureiro (2022) no processo de exploração da Amazônia há um primeiro cenário que é o de dependência, e o posterior já no século XX que é o de colônia. Como dependência a autora assinala que até meados do século XX, tinha-se na região amazônica a existência de uma dependência econômica de produtos industrializados, já que a distância em relação ao centro do país e a economia de base extrativista não respondiam a tal necessidade. Porém, especialmente nas décadas de 1970-80 a região amazônica passou para uma situação de colonização moderna, em que imperou nos projetos o imaginário coletivo nacional da região como o “outro”. Isto se materializou nas leis, programas e ações do governo federal no anseio violento de integrar a região ao resto do país construiu assim um projeto de dominação da Amazônia visando explorar e subordinar seus povos e seus recursos naturais (Loureiro, 2022).

Nesse sentido, Loureiro (2022) pontua as principais ações do Estado neste período histórico que condicionaram a transformação da região em colônia pelo Brasil. Sendo o primeiro a modificação radical do perfil econômico da Amazônia iniciado após o golpe militar em 1964 e aprofundado nas décadas de 70-80. Iniciada com projetos de incentivo a atividades de expansão de exploração de madeira e da pecuária e posteriormente da mineração e da siderurgia. Uma das políticas mais violentas perpetradas pelo Estado na região foi a abertura das estradas, que ao rasgar as florestas atravessou terras, rios e comunidades amazônidas que permitiu a entrada e a fixação do capital na região (Loureiro, 2022).

Nessa primeira fase de ocupação da Amazônia, reproduzia-se a desigualdade já que os recursos federais em suma se dirigiam aos conglomerados econômicos e grandes corporações para a implementação dos projetos, e restava para a população da região, somente a miséria, doenças, confisco das terras e exploração (Loureiro, 2022). Os projetos que resultavam na apropriação das terras amazônicas persistem nas décadas recentes por conta dessa ação representar uma face do projeto global do neoliberalismo para a reprodução expandida do capital, que se concretiza na separação dos sujeitos com seus meios de subsistência os expropriando do acesso à terra (Tadiar, 2022)

A segunda ação foram o estabelecimento de áreas de segurança nacional no período da ditadura em mais de cem municípios amazônicos. Assim, o governo federal retirou dos governos locais a administração do uso da terra nesses lugares, tendo liberdade assim para o desenvolvimento de seus projetos sejam eles governamentais ou privados que buscaram concretizar a mudança do perfil da região como uma nova fronteira de *commodities* no Brasil. E a preferência na escolha dos municípios coincide justamente com os que possuíam grandes reservas de minérios ou nos quais se pretendia

construir hidrelétricas ou rodovias e também os que apresentavam grande incidência de conflitos de terra (Loureiro, 2022).

A retirada da autonomia dos governos locais sobre as políticas implementadas na região compõe o terceiro passo que Loureiro (2022) considera importante na transformação da Amazônia como colônia do Brasil. Através do Decreto nº 1.164/1971³, a União sequestrava para si o poder de jurisdição sobre terras devolutas até 100 km das rodovias federais existentes, ressaltando-se que este dispositivo legal era direcionado somente à Amazônia. O decreto perdurou até 1987 e mesmo após a revogação de seus decretos, já estava instalado na região amazônica as práticas abusivas e um ambiente de exceção que se internalizou no dia a dia das burocracias dos órgãos federais que ali estão, ou seja, houve a normalização da violência, da arbitrariedade e do abuso na Amazônia (Loureiro, 2022).

Um quarto passo é o controle político e policial das instituições, no ambiente autoritário e violento que o Brasil condicionou a Amazônia no período militar, as populações locais ficaram sob o controle e sob violência legalizada, acrescida das ações discriminatórias e degradantes pelas instituições e agentes do Estado, o que conduziu para o estabelecimento da colonização nessa periferia nacional.

A persistência dos massacres e expulsões de posseiros, colonos e pequenos proprietários, ocorridos na região, desde os anos 70, seguidos pela omissão policial e judicial, revela quanto as instituições públicas, em geral dos Estados da região, incluindo nelas o aparelho do Judiciário, encontram-se subordinadas à ideologia nacional da modernização, ficando os direitos humanos submetidos aos interesses dos grupos dominantes e econômicos e à força do capital (Loureiro, 2022, p. 253).

A domesticação e a violação de direitos de povos indígenas e ribeirinhos que vivem na Amazônia é mais um passo ressaltado por Loureiro (2022) que lembra que as populações tradicionais amazônicas evidenciam para os governos, as elites e os grupos econômicos como uma evidencia do atraso e da ignorância cultural. A autora comenta que mesmo após a ditadura o desrespeito aos direitos humanos dos amazônidas continuavam, já que ainda imperava o ideário de domesticação da região no anseio de possibilitar a reprodução do capital, o que até hoje ainda ocorre quando se noticia a implantação de hidrelétricas, mineradoras ou novas áreas de produção agropecuária.

Para Mbembe (2018), nas regiões consideradas colônias, a violência e os abusos denotam para um cenário de morte e de guerra, no qual há o exercício de um poder que excede à lei, possuindo o Estado papel central neste cálculo de guerra. Há convergências nas considerações do autor com as apresentadas até aqui, sobretudo quando assinala que as colônias são habitadas por “selvagens” e por sujeitos que não possuem especificidades humanas, nem edificaram um mundo considerado humano. Nessas regiões, o direito de matar está nas mãos do soberano, seja ele o Estado ou empresas privadas, superando regras e leis que possam a lhe afetar.

Portanto, Loureiro (2022) considera que a Amazônia se configura como uma região colonial dentro do Brasil quando perde sua autonomia política, territorial e econômica, estando numa posição de impossibilidade de escolher seu destino próprio, cabendo ao governo federal o papel de estruturar a dominação política e ser o estimulador do modelo econômico da região, que se resume ao modelo primário-exportador.

³ Ver em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1970-1979/decreto-lei-1164-1-abril-1971-375317-norma-pe.html>

Os projetos que condicionaram a Amazônia ao cenário de colônia pelo Brasil denotam sobre como o Estado trata a vida dos sujeitos que ali vivem como descartáveis e excedentes dentro do que o mesmo Estado compreende como importante para gerar acumulação econômica. Dialoga-se assim os efeitos das ações violentas que assolam as comunidades amazônicas, com o que Tadiar (2022) assinala sobre o futuro gerando o presente, o futuro como sendo a vida das pessoas cujos próprios futuros são oferecidos como valores de troca explorados no presente. Para a autora, as populações excedentes possuem tempos de vida que são úteis para o Estado por serem vistos como uma forma de "moeda fraca", ou seja, que pode ser mobilizado como um meio de troca e não como portador de valor. A vida das populações excedentes fica relegada ao Estado e suas elites econômicas funcionando como meros ativos monetizados para impulsionar a posição destes no mercado financeiro global. Ademais, essas vidas descartáveis formam as reservas líquidas que o Estado coloca em risco na sua tentativa de investimentos estrangeiros.

3. A NEOCOLONIZAÇÃO BRASILEIRA NO LESTE MARAJOARA: A NECROPOLÍTICA DO ESTADO E A DESCARTABILIDADE DA VIDA QUILOMBOLA

A formação socioeconômica do Marajó, assim como a ocupação do restante da região Amazônica, possui muitas facetas. Sendo primeiramente lugar de vida de grupos indígenas, a região sofreu com os processos de invasão europeia e consequente reorganização socioespacial com chegada de povos fugidos da escravidão, tanto negros como indígenas, assim como devido às modificações concernentes aos novos arranjos socioeconômicos na segunda metade do século XX (Gonçalves et al, 2016). Pacheco (2012) salienta que a composição identitária vinda do casamento entre indígenas e negros resultou em trocas transculturais importantes para a Amazônia, e que atualmente constroem o tecido histórico-social da região, fornece bases para as variadas manifestações culturais valiosas para a região e conhecimentos tradicionais sobre os recursos naturais (Lima; Steward, 2020).

Figueiredo (1976) aponta a fazenda como elemento central no desenrolar da história socioeconômica que constitui a formação atual das características do rural amazônico. O autor pontua que as fazendas no período colonial, fossem agrícolas, pastoris, mineradoras ou extrativistas, se apresentavam como forma de fixação à terra e de estruturação das classes sociais, na qual ocorriam ainda os encontros e a mestiçagem das culturas dos indígenas, europeus e negros. Assim, as fazendas seriam a "comunidade colonial" para o autor.

Cruz (2017) assinala que com a intensificação produtiva do arquipélago marajoara, a fisionomia do lugar foi remodelada principalmente para a produção da pecuária bovina e cavalar, que prosperou sob controle das companhias religiosas. As unidades missionárias contavam com milhares de cabeças de gado, concentrados na região do lago Arari e no qual houve grande uso de mão de obra escrava indígena (Acevedo Marin, 2009). Sendo que após a introdução do tráfico negreiro nas fazendas do Marajó, Salles (2005) pontua que o negro já passara a constituir a maior parcela da população na ilha ainda no século XVIII. Nesse sentido, as fazendas e os engenhos do arquipélago, ao menos até o século XIX, se basearam no trabalho de indígenas e de escravizados africanos, sendo que no interior destas fazendas se constituíram as comunidades de fugitivos na ilha do Marajó, conformando a atual existência sociocultural dos que se identificam como quilombolas, relacionado às antigas formas de territorialização de escravizados fugitivos, de indígenas e de trabalhadores livres (Acevedo Marin, 2005; 2006; Nogueira, 2005).

Para Castro (1999, p. 16), a constituição dos quilombos ou mocambos no Pará é “organizado pelo movimento de contestação da ordem colonial escravocrata [...] poderia ser grupos de quatro ou mais pessoas, assentadas em áreas escolhidas pelas suas características de isolamento”. Ainda segundo a autora, esse movimento quilombola tem três características básicas: “1. Interiorização nos espaços de rios e igarapés menos povoados; 2. Ocupação de novas terras e 3. Apossamento coletivo como estratégia grupal de defesa de territórios e da reprodução social”. A partir dos trabalhos de Gomes (2005) sobre a formação dos quilombos na ilha de Marajó, observa-se que, nos séculos XVIII e XIX, “para além dos saques, razias e roubos de gado, os quilombos tentavam constituir uma base econômica com pequena agricultura, visando sua subsistência e trocas mercantis” (Gomes, 2005, p. 53). O autor complementa assinalando que os mocambos constituídos por indígenas e negros se distribuíram por toda a ilha, sendo registrados em Joannes, Soure, Chaves, Caviana, Mexiana, Maguari, Melgaço, Cachoeira, rio Prúucuba, Ariri e Muaná.

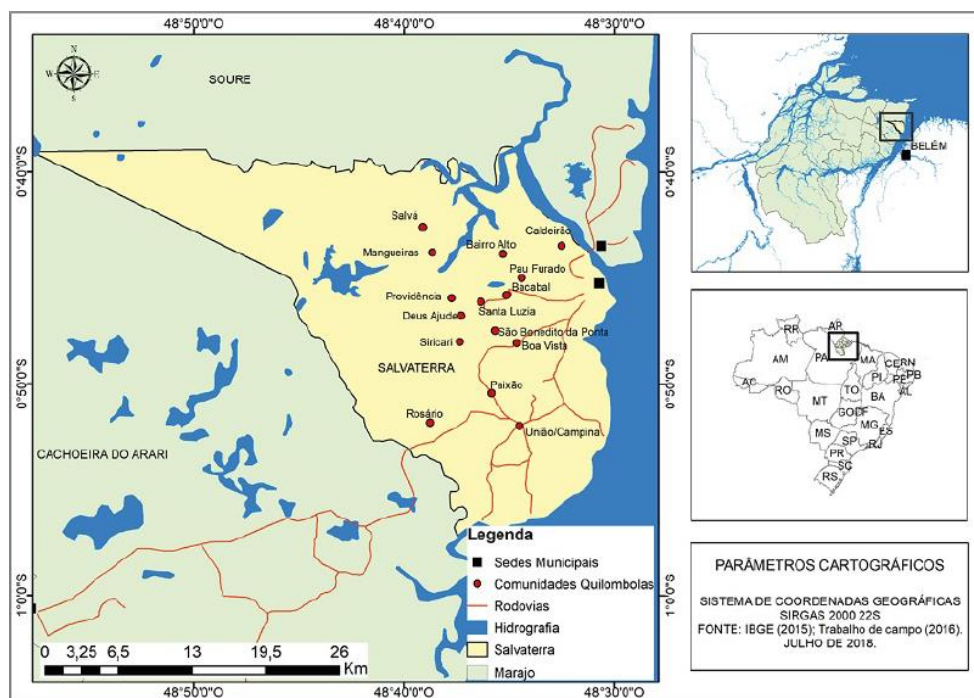
Por ter seu território ocupado quase totalmente por fazendas, Acevedo Marin (2009) assinala que os indígenas, negros fugidos e trabalhadores livres ficaram sem terras e, por consequência, dependentes dos fazendeiros, sendo que os sujeitos afetáveis (Da Silva, 2022) apoiavam-se nos sítios que se formaram às margens das fazendas ou em terras distantes, com graus variados de dependência do fazendeiro, do patrão, sendo que a instabilidade produtiva das fazendas as deixavam comumente abandonadas, com os fazendeiros residindo em Belém. A autora complementa que, nesse período, os quilombolas, indígenas e mestiços ocuparam as chamadas “sobras de terra”, fazendas e sítios abandonados, já outros as alcançaram a partir de doação ou compra (Acevedo Marin, 2009).

Acevedo Marin (2004) pontua que grupos de negros, indígenas e mestiços que se assentaram nas bordas das fazendas, construíram formas diferenciadas de propriedade e organização do trabalho, no qual o trabalho familiar predominou. Nos denominados pequenos “sítios” onde se refugiavam, praticavam atividades como a agricultura, a pesca e o extrativismo, desde o começo da ocupação colonial. Nestes sítios ocorriam formas de transferência de herança de um patrimônio coletivo, representando a filiação e os modos de acesso dos herdeiros ao direito de uso comum dos recursos naturais e dos cultivos presentes em suas terras (Acevedo Marin, 2004).

Para os dias atuais, no Leste marajoara, mais precisamente no município de Salvaterra, as comunidades quilombolas possuem certo protagonismo na composição da população rural municipal. Segundo dados do Censo (IBGE, 2022), a população que se autodefine quilombola em Salvaterra representa cerca de 31% da população do município, compondo então “a maior densidade de quilombos por quilômetro quadrado do Brasil” (Gomes; Schmitz; Bringel, 2018, p. 599). Esta representatividade na população quilombola se reflete no número de territórios que reivindicam seu reconhecimento e demarcação como quilombolas, num município de extensão territorial e população total pequena.

As 15 comunidades rurais reconhecidas pela Fundação Palmares e que reivindicam o reconhecimento definitivo dos seus territórios junto ao Incra são: Vila União/Campina, Salvá, Bacabal, Santa Luzia, Deus Ajude, Rosário, Boa Vista, São Benedito, Pau Furado, Caldeirão, Paixão, Mangueiras, Bairro Alto, Siricari e Providência. O número sobe para 16 quando pensamos em comunidades que se auto reconhecem como quilombolas, sendo Buca da Mata a mais recente.

Figura 2 – Mapa de localização das comunidades quilombolas de Salvaterra, Pará, certificadas pela Fundação Palmares.



Fonte: IBGE (2015), Retirado de Gomes, Schmitz e Bringel (2018)

Nos territórios quilombolas de Salvaterra, observa-se a copresença de diferentes estratégias de reprodução socioeconômica e cultural, destacando-se as vinculadas aos atores sociais que vivem principalmente da agricultura, da pesca, da caça e do extrativismo vegetal, o que contribui para os seus anseios na demarcação de seu território, historicamente apropriado por seus antepassados para desenvolverem essas atividades, fonte de renda e alimentação (Gomes; Schmitz; Bringel, 2018).

Quando debruça-se para a análise do esforço do Estado brasileiro ao tratamento das reivindicações das comunidades quilombolas, especialmente de direito e respeito ao território, denota-se para a construção do cenário de ações que aqui considera-se como Necropolíticas (Mbembe, 2018) no Leste marajoara, e de como o Estado julga os sujeitos que ali vivem como subalternos e descartáveis (Loureiro, 2022; Tadiar, 2022). A título de exemplo, têm-se as informações concernentes a efetivação do direito ao território de comunidades quilombolas, que com o artigo 68 das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988 determinou: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (Brasil, 1988). Mesmo com uma série de medidas legislativas posteriores criadas na tentativa de concretizar a titulação dos territórios pertencentes às comunidades, especialmente após a chegada de Lula ao poder em 2003, não se alterou o cenário de morosidade do Estado à efetivação dos dispositivos legais de reconhecimento de terras quilombolas, fato corroborado pelo grande número de comunidades que ainda não possuem a titulação de seus territórios seculares.

Numericamente à nível nacional, foram emitidos por meio de ações perpetradas somente por esforços do Incra, 55 títulos territoriais quilombolas de um total de 171 territórios titulados no Brasil (INCRA, 2024; CPISP, 2024). A grande maioria das titulações ocorreu via ações dos governos estaduais, que foram responsáveis por mais de três quartos dos territórios titulados, sendo que o Instituto de Terras do Pará (Iterpa) emitiu 74 (setenta e quatro), representando 43% do total de terras tituladas no país, e o Instituto de Terras do Maranhão (Iterma) efetuou a titulação de 53 (cinquenta e três), ou 31% do total de territórios quilombolas titulados. Ademais, seis territórios foram titulados conjuntamente entre órgãos federais e estaduais, enquanto a titulação de dois territórios ficou a cargo de Prefeituras Municipais, uma por Santarém, no estado do Pará, e outra por Morro Redondo, no Rio Grande do Sul (INCRA, 2024).

O volume diminuto apresentado indica que o Estado optou por políticas que não agilizassem esse processo. Se continuar neste mesmo ritmo, a regularização das terras quilombolas já certificadas a serem tituladas se concluiria em quase mil anos (Almeida; Nascimento, 2022). De acordo com De Souza e Brandão (2015), a morosidade com que ocorre o processo para a titulação dos territórios quilombolas podem estar relacionada a:

[...] falta de recursos financeiros tanto por parte do governo (para indenizar terras, pagar servidores, etc.); de mão de obra qualificada para fazer o reconhecimento dessas comunidades; do excesso de burocracia para construir o acesso a esta política (exemplo disto é o processo de requerimento de Certificação pelo qual as comunidades precisam passar). Além dos conflitos externos entre fazendeiros e as comunidades quilombolas (De Souza; Brandão, 2015, p. 8).

No Marajó, dos 10 territórios titulados, 90% localizados no município de Gurupá, nenhum teve sua regularização feita pelo Incra, mas pelo Iterpa. Os processos em aberto no Incra datam a partir de 2004, ocorrendo morosamente e contribuindo para a permanência das tensões e conflitos que ameaçam os quilombolas e seus territórios (INCRA, 2024). Para as comunidades do Leste marajoara que reivindicam o reconhecimento de seus territórios quilombolas, resta conviver com o descaso do Estado no tratamento desta questão, já que nenhuma comunidade da região com processo aberto no Incra possui a demarcação realizada. Nesse sentido, a negação ou o adiamento da efetivação de direitos na região pode denotar dentre muitas considerações, a de que o Estado os subalterniza racialmente e enxerga os sujeitos quilombolas como na condição de não-humanos (Tadiar, 2022).

Entretanto, o Estado não deixou totalmente a região marajoara de lado, já que têm-se uma questão pujante referente à implementação violenta de “projetos de desenvolvimento” além da permissibilidade para que latifundiários atuem grilando terras e espalhando violência na região, ocasionando conflitos de toda ordem para os sujeitos afetáveis (Da Silva, 2022) que ali vivem. Nesse sentido, muitos desses conflitos surgem a partir da adoção do novo modelo de ocupação dos territórios na Amazônia, direcionados à expansão de atividades econômicas ligadas ao agronegócio, à construção de estradas, assim como outros projetos de desenvolvimento de padrão homogeneizador (Escada; Amaral; Fernandes, 2023).

No Marajó, esses projetos avançam principalmente com a expansão do agronegócio vinculado outrora unicamente às fazendas de pecuária, porém agora também com o despontar dos latifúndios do arroz, além disso, do avanço da produção de abacaxi no município de Salvaterra, que apesar de não ser um monocultivo ligado às grandes fazendas, é vinculado a um pacote tecnológico do agronegócio que acompanha uma série de adubos, agrotóxicos e mecanização, ou seja, são outras formas de trabalho no campo, de manejo, de uso de ferramentas, que diferem das habituais dos quilombolas. O

abacaxi se expandiu para as comunidades rurais do município, e passa então a ser cultivado pelos agricultores e incluída nos seus sistemas produtivos.

Cita-se ainda como uma das materializações dos projetos de desenvolvimento na região a construção da rodovia estadual PA-154 com cerca de 52 km de extensão, que interliga os municípios de Cachoeira do Arari e Salvaterra. A rodovia é uma das obras de infraestrutura e estratégia governamental para a promoção do “desenvolvimento” na região, e um dos seus objetivos mais recentes é beneficiar o escoamento da produção do arroz. Como já apresentado por Loureiro (2022) ao nos contar sobre a história de colonização recente da Amazônia, a abertura de estradas se coloca como uma das políticas mais violentas perpetradas pelo Estado, rasgando as florestas, atravessando as terras, rios e comunidades amazônicas, com claras intenções de permitir a entrada e a fixação do capital na região (Loureiro, 2022).

Neste contexto, o agronegócio rizicultor chega no Marajó com uma ideia de “desenvolvimento”, e que atenderia às necessidades da população (Canuto, 2004). Mais precisamente após 2009 com os fazendeiros ligados a esse segmento sendo desapropriados da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no estado de Roraima, após sua demarcação definitiva, o que influenciou setores do governo do estado do Pará, e algumas prefeituras a lhes oferecerem alguns incentivos para a instalação de um polo rizicultor no Marajó (Gomes et al, 2018). Dentre os fatores que favorecem essa migração estão: o baixo preço da terra no Marajó, o ambiente favorável à plantação do arroz, à pecuária bovina e bubalina, além de incentivos do governo do estado, como por exemplo a construção de um porto para escoamento da produção, que foi anunciado em dezembro de 2012. Decorrentes desses conflitos com fazendeiros, são evidenciadas diversas situações de ameaças de morte às lideranças quilombolas, como o caso do assassinato de uma liderança do município vizinho de Cachoeira do Arari (Bargas; Cardoso, 2015). “Tal situação coloca fazendeiros e grandes empresas do agronegócio como alguns dos principais antagonistas aos quilombolas” (*Ibidem*, 2015, p. 472).

As cercas são uma das formas usadas pelos fazendeiros para coibir o livre acesso dos quilombolas em áreas que tradicionalmente usavam para a garantia de suas reproduções, de onde retiram seus alimentos e renda. Dentre os espaços que têm sido restritos estão as matas, rios e igarapés, locais onde essa população coletava frutos como o bacuri e o açaí, faziam suas roças e pescavam, mas que com essas restrições vivem limitados e com dificuldades de permanência nos territórios. Tal situação é evidenciada no estudo de Filho (2014 p. 88), ao destacar que nesse processo de cercamento “muitas áreas ‘comuns’ ou ‘públicas’ – matas, rios, açazais, campos de mangaba – foram ocupadas, instalando-se porteiras em rios, vigilância armada e passando-se a usar de violência para afastar ‘intrusos’ a estas pretensas propriedades”.

Na comunidade quilombola de Bacabal, no município de Salvaterra, a cerca da fazenda São Macário que circunda o povoado obriga os moradores a reinventar a vida sem liberdade, sem terras e ainda sob ameaças. “As cercas construídas pela fazendeira são a prova de uma série de atos autoritários. Cada trecho cercado fecha o espaço do povoado, que fica encolhido e sem liberdade” (Acevedo Marin, 2009 p. 216). Diante desse cenário vivenciado em diversas comunidades quilombolas, essas populações se unem, organizando-se em associações quilombolas, na luta principalmente por seus territórios e suas formas de viver.

Uma série de conflitos fundiários vem sendo gerados pelo avanço violento dos arrozais que coloca em risco a permanência de populações em seu território tradicional: “o agronegócio se expande

para mais uma sub-região da Amazônia e continua a pôr em (des)encontro fazendeiros e povos tradicionais” (Gomes et al, 2018, p. 138). Assim sendo, a violência de fazendeiros, é central como um dos principais causadores de conflitos nos territórios quilombolas da região, com recorrente invasão dos territórios etnicamente ocupados (Campos, 2023; Lima Filho, 2014), bem como a construção de cercas, restringindo suas passagens para áreas de uso comum, e a utilização de recursos naturais, alegando estarem dentro do seu domínio de propriedade, o que tem dificultado a reprodução social das famílias (Lima Filho, 2014).

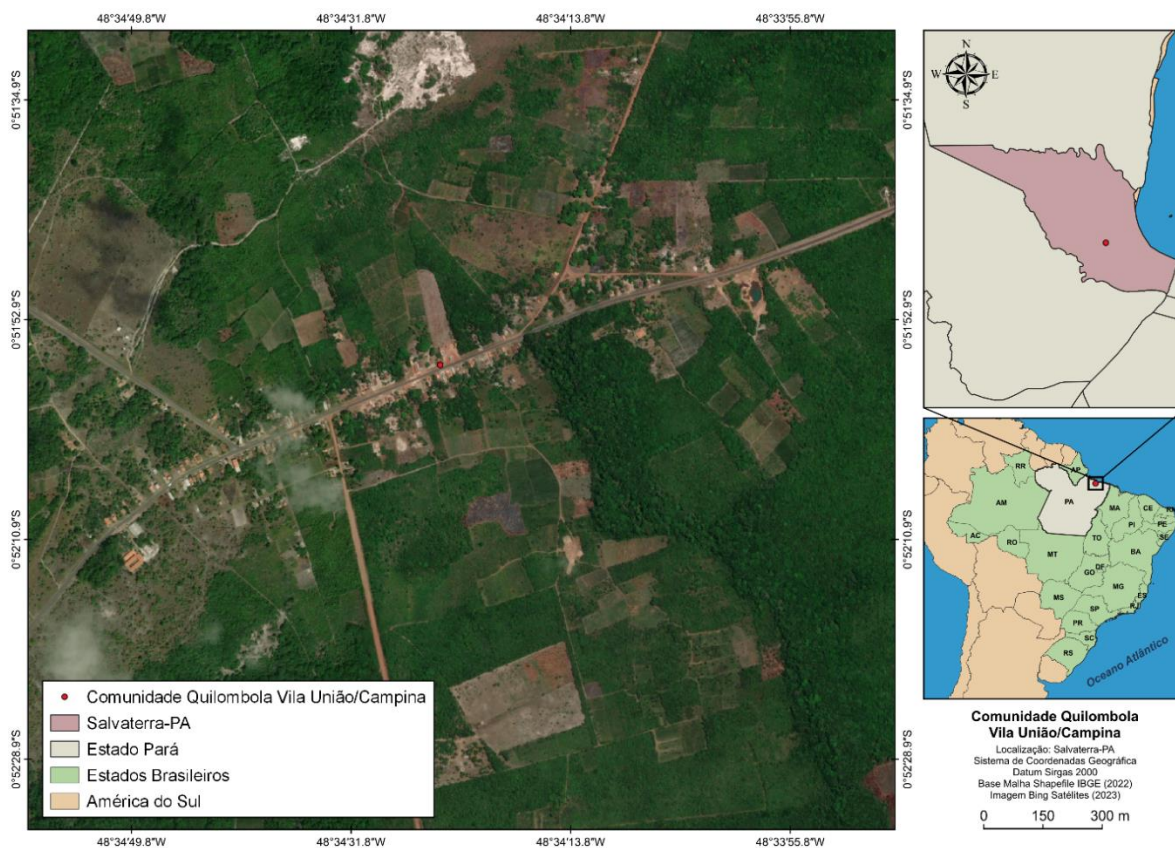
As comunidades como Rosário, Deus Ajude, Providência, Barro Alto, Bacabal, Pau Furado, Paixão, Caldeirão, Vila União/Campina, em sua maioria, têm sido privadas dos seus recursos naturais, nas áreas de uso comum, até mesmo algumas sofrido ameaças. Dessa forma, são coagidas a viver nos espaços dos seus territórios cada vez mais limitados, dificultando as suas reproduções sociais, pois estas estão diretamente associadas à terra, à agricultura, às formas de produzir, à pesca, à coleta de frutos como o bacuri, o açaí, que garantem alimentação e renda aos moradores. O Estado ignora tal cenário e pouco faz para defender os quilombolas dos ataques do Eu transparente (Da Silva, 2022) local, assim sendo como Mbembe (2018) salienta nas regiões colônias, a violência e os abusos denotam para essa existência de um cenário de morte e de guerra, onde o direito de matar está nas mãos do soberano, seja ele o Estado ou empresas privadas, superando regras e leis que possam a lhe afetar.

Os efeitos relacionados pelos latifúndios de arroz na região expõem os sujeitos quilombolas em um cenário de injustiças e guerra. Se multiplicam na mídia as denúncias de violência contra os territórios quilombolas, como a pulverização irresponsável de agrotóxicos nas comunidades (Pajolla, 2024); casos de aborto por conta da intoxicação por agroquímicos (Assunção, 2024); impedimento de utilização de áreas comuns como a do cemitério secular comunitário (Alfano, 2021); efeitos ambientais da instalação dos arrozais, como a seca de rios (Zuker, 2020). O “arroz da morte” (Barros, 2023), condiciona os territórios quilombolas do Leste marajoara a conviver com a violência de sujeitos transparentes (Da Silva, 2022) que inferiorizam os nativos e perpetrando ações de despossessão, separando os sujeitos dos seus meios de vida, os expropriando do acesso à terra, e assim buscando criar e manter uma população de sujeitos "excedentes" que servem apenas como agregados monetizados de vida descartável, mas também podem servir como colateral para absorção de riscos, especialmente para empresas estatais e aliadas ao Estado (Tadiar, 2022). Ademais, desde as fazendas de produção pecuária, até os arrozais, têm-se clara a íntima relação entre o Estado e latifundiários, com o primeiro tendo um papel central para a criação dos cenários de guerra, bem como na região em análise, no qual o exercício de um poder que excede à lei (Mbembe, 2018).

4. A RODOVIA PA-154 E A COMUNIDADE DE VILA UNIÃO/CAMPINA: GRANDES PROJETOS, GRANDES CONFLITOS.

Sendo uma das quinze comunidades do município de Salvaterra que são reconhecidas pela Fundação Palmares, e que estão com processos de titulação de seu território em andamento, a comunidade Vila União/Campina fica distante cerca de 17 km do centro urbano do município e teve a emissão da certidão pela Fundação Palmares no ano de 2006. Abrange cerca de 200 famílias, que produzem especialmente mandioca e abacaxi, sendo a primeira cultura mais voltada para o autoconsumo das famílias e o segundo encaminhado para a comercialização.

Figura 3 - Localização da comunidade de Vila União/Campina, no município de Salvaterra, Pará.



Fonte: Bing Satellite (2023). Elaborado pelo autor.

Como se pode observar pela figura acima, o “esqueleto” da comunidade é a rodovia estadual PA-154 que corta o seu território, sendo um empreendimento essencial para se compreender a história da comunidade, especialmente os seus conflitos atuais. A rodovia influencia toda a dinâmica do lugar e das pessoas que ali vivem. Sendo a única rodovia estadual da ilha do Marajó, a PA-154 foi construída pelo governo estadual na década de 1980, porém no ano de 2017 que a rodovia foi asfaltada e sinalizada, apresentando atualmente uma excelente trafegabilidade, o que contribui para a existência de um intenso fluxo de veículos, além de diminuir o tempo de trajeto dos moradores ao centro urbano de Salvaterra.

Como já comentado, a PA-154 possui efeitos históricos que até os dias atuais são consideráveis sobre a comunidade de Vila União/Campina, sendo o exemplo mais pujante a existência de uma movimentação constante de veículos na rodovia que contribui para a fisionomia da comunidade, pois chama a atenção o quanto Vila União/Campina possui uma rede de comércio, na beira da rodovia, estruturada e variada. Há na comunidade estabelecimentos como pequenos mercados, hortifrutis, açougues, peixaria, restaurantes, loja de confecções, farmácias, borracharias dentre outros. A renda alcançada pelo comércio se torna central para alguns grupos familiares, mostrando-se a principal atividade econômica de diversas famílias da comunidade.

Os empreendimentos comerciais, especialmente os mercados e açougues alteraram, além da fisionomia da comunidade, os hábitos alimentares. Contando agora com mais opções de produtos para sua alimentação, os informantes da pesquisa relatam que nas décadas passadas tinham como base alimentar principalmente o pescado e a farinha, mas que hoje variam sua alimentação com outras carnes, bem como adquiriram na sua base alimentar produtos industrializados. Porém, todos frisaram que o crescimento de Vila União/Campina também agravou a desigualdade, já que, apesar de haver uma variedade de oferta tanto de produtos alimentícios quanto de vestuário etc, nem todos da comunidade conseguem ter acesso a eles, pela fragilidade econômica das famílias.

Olha, melhorou principalmente na questão da alimentação que era muito difícil né, hoje não, hoje tem aqui na porta, peixe, carne, frango, tem mais variedade. Na área da alimentação mudou muito, em tudo né em tudo mudou, porque na época que a gente vivia era muito difícil, as vezes a gente tinha o dinheiro e não tinha o que comprar, e hoje tem o que comprar o que não tem é o dinheiro (risada). (Francisca Marques da Silva, 62 anos, aposentada rural, entrevistada por Marcelo Rodrigues Lopes na comunidade de Vila União/Campina no dia 05/08/23).

A caracterização atual relacionada à origem dos moradores da comunidade, demonstra como outro efeito sensível na existência de conflitos internos em Vila União/Campina também é permeada pela construção da PA-154. Além da chegada de novas pessoas na comunidade, a própria estrutura da comunidade modificada pela rodovia e que hoje apresenta uma rede de comércio variado e à proximidade com o centro urbano de Salvaterra são motores de incentivo para que pessoas de outros lugares queiram se instalar na comunidade.

E depois disso veio pessoas que eu nem conheço aqui para este lugar, o terreno que a gente corria agora já tem dono, olha isso daqui era um campo imenso agora tá cheio de dono não tem nem como fazer uma casinha pra ninguém, vem um necessitado agora, parentela da gente que precisa e não tem, eu tenho meus fundos mas ninguém quer fundo de quintal (Lindalva Matos Barbosa, 57 anos, aposentada rural, entrevistada por Marcelo Rodrigues Lopes na comunidade de Vila União/Campina no dia 12/08/23).

Assim, constata-se que a chegada de pessoas externas aos grupos familiares tradicionais do território de Vila União/Campina, vindos sobretudo a partir da doação de terras, bem como por meio da compra de lotes influenciados pela rodovia, se torna crucial para a história da comunidade. No que concerne a identificação dos sujeitos que ali vivem como quilombola, é notável que esse processo de chegada de moradores de outros lugares do município e do estado na comunidade, que no presente momento ocupam boa parte da extensão do território, contribui para que a reivindicação e valorização da identidade quilombola fique limitada a poucas famílias. A atual presidente da Associação de Mães e Agricultores Remanescentes de Quilombo de Vila União/Campina - AMARQVUC conta que a vinda de pessoas de fora para a comunidade, especialmente nos últimos anos, se justifica basicamente pelo interesse em instalar outros pontos de comércio na comunidade. Ela destaca que todos os comerciantes “maiores”, como o do posto de gasolina, de gás e os mercados são pessoas de longe. As implicações deste cenário na efetivação da titulação coletiva da comunidade são vistas pela entrevistada da seguinte forma:

E hoje em dia pra gente titular o nosso território vai ser difícil, porque vai ter que indenizar essas pessoas, como é que o governo vai querer indenizar todos esses empreendimentos que estão dentro do nosso território, entendeu, então a gente tá lutando né, pra titular o nosso território, mas como é que consegue se cada vez vem um fluxo de pessoas maior, e por exemplo, as pessoas não se atentam pra isso, já veio gente tentar comprar a frente do meu terreno pra fazer um comércio (Rosimar dos Santos Moreira, Presidente da AMARQVUC, entrevistada por Marcelo Rodrigues Lopes na comunidade de Vila União/Campina no dia 17/08/23).

Campos (2023) comenta que a construção da estrada contribui para que atualmente haja em Vila União/Campina um grande número de propriedades privadas como fazendas e sítios que permeiam todo o seu território, além de sofrer com os impactos que da divisão gerada pela rodovia PA -154. Ainda segundo a autora, as alterações ocorridas também alcançam a área ambiental, já que a comunidade teve sua paisagem modificada: o que era mata se tornou estrada. Sem levar em consideração os aspectos naturais da localidade, a rodovia fez desaparecer o chamado Igarapé da Baixada que, depois da pavimentação da rodovia, existe apenas nas lembranças dos moradores. Acrescenta-se também a convivência com a violência, observando-se aumento nos roubos, furtos, após o aumento da circulação de pessoas de fora. Para a autora, a PA-154 é um reflexo da ação de antagonistas aos direitos territoriais das comunidades quilombolas de Salvaterra, uma vez que o Estado ignorou a presença de uma comunidade, a dividindo sem escutá-la, construindo assim um empreendimento com vistas a beneficiar principalmente o escoamento da produção até o porto Camará.

Nesse sentido, Acevedo Marin (2009) frisa que, apesar da comunidade de Vila União/Campina estar sofrendo os impactos da construção da rodovia, pode ser uma compreensão pouco elucidativa imaginar que esses processos negam a sua caracterização como um território quilombola, e que estaríamos diante o avanço do modo de vida urbano. A antropóloga justifica sua assertiva por verificar em seu trabalho da época que a maioria dos moradores da comunidade identificou-se ocupar-se com trabalhos na roça, mesmo num cenário de comprometimento das condições de acesso às terras.

Em Vila União/Campina os efeitos da existência da rodovia alcançam o debate sobre identidade quilombola, a atual presidente da associação de moradores da comunidade assinala:

Para tu trabalhar cultura dessa comunidade, pra tu trabalhar identidade, entendeu, pra tu trabalhar religiosidade é muito complicado, porque as pessoas elas não entendem o processo, pra muitas pessoas ser quilombola é ser negro, ser preto, é ter a pele escura, e que sofreu no processo de escravidão lá atrás, entendeu, então, por a pessoa pensar desse jeito, ela não quer se identificar... ser quilombola, foi aquele pessoa que sofreu, foi o negro, que veio lá da África que foi chicoteado, foi massacrado, é isso que as pessoas entendem, e pra tu, eu digo assim, é um trabalho muito grande, porque a gente tenta fazer um trabalho de resgate de cultura, de identidade, mas como que tu faz numa comunidade que tá crescendo vindo gente de tudo quanto é canto, entendeu, se até os próprios natos, os primeiros moradores, não tem esse conhecimento, imagina os que tão chegando agora, é bem complicado (Rosimar dos Santos Moreira, Presidente da AMARQVUC, entrevistada por Marcelo Rodrigues Lopes na comunidade de Vila União/Campina no dia 17/08/23).

Além da construção da rodovia PA-154, alia-se ao cenário de subalternização e tentativa de “humanização” (Tadiar, 2022), dos sujeitos de Vila União/Campina, os incentivos para a produção de abacaxi no município de Salvaterra. Assim, assinala-se que as roças de mandioca são uma atividade que se atrela à cultura do povo quilombola de Salvaterra, sendo que as práticas são repassadas de geração em geração, a partir do trabalho familiar. As roças de mandioca são cultivadas para obtenção de subprodutos, como a farinha, o tucupi, o beiju, a tapioca dentre outros itens que fazem parte da cultura alimentar local, mas que também são vendidos nos comércios na própria comunidade ou entregues para atravessadores na rodovia.

Em relação às transformações evidenciadas nas roças de mandioca, as principais estão vinculadas a diminuição das áreas destinadas a esse cultivo, influenciadas pela tentativa de imposição do monocultivo do abacaxi, que colaborou para que muitos agricultores migrassem do cultivo da mandioca para o abacaxi, principalmente pelo fato de obterem com a venda do abacaxi um maior

poder aquisitivo para a compra de itens e necessidades da unidade familiar. Com isso, práticas tradicionais como os roçados de mandioca e as atividades coletivas sofrem uma atenuação no território. No entanto, apesar dessa tentativa de imposição, muitas famílias encontraram formas estratégicas de envolver o abacaxi em seus cultivos.

Cultivada inicialmente em forma de monocultivo, o abacaxi chega na comunidade como uma lógica de produção capitalista, com um produto voltado exclusivamente para a comercialização. Na comunidade é a partir dos anos de 1990 que esse plantio aumentou nos roçados, muito por conta de linhas de crédito específicas em bancos. Apesar de se mostrar prospera e rentável, muitos relatos de agricultores denotam as dívidas adquiridas por não terem conhecimento sobre o plantio da cultura do abacaxi, ocasionando perdas de produção por pragas e também por baixa produtividade. Atualmente, as roças desta fruta ocorrem normalmente em consórcio com as plantações de mandioca, empregando-se insumos químicos sintéticos desde o plantio, e especialmente para a colheita, sendo a produção comumente entregue a atravessadores que levam para a cidade de Salvaterra, ou para fora do município. E nesse ponto que destaca-se que se encontra horizontes que denotam a capacidade de resistência dos agricultores, com a inclusão deste em uma diversidade de espécies nos roçados através dos distintos consórcios desenvolvidos e, dessa forma, passa a integrar uma agrobiodiversidade, com uma outra lógica empregada. Pontua-se em contrapartida, que essa inclusão nos consórcios colabora para o uso de insumos químicos inerente ao plantio de abacaxi, também nos demais cultivos como de mandioca, maxixe, melancia, jerimum etc, que são voltados em sua maioria para a alimentação das famílias, podendo gerar consequências futuras advindas dessa utilização nos cultivos.

Também foram observadas mudanças nas técnicas de manejo, antes realizadas principalmente de forma manual, já atualmente mobilizam alguns maquinários, principalmente na preparação das áreas para os roçados, como motosserras, tratores (geralmente solicitados pela prefeitura), além da substituição ou aperfeiçoamento de ferramentas utilizadas no processamento da mandioca. Muitas dessas modificações, principalmente das ferramentas, foram importantes por, de alguma forma, facilitarem algumas etapas do trabalho na construção dos alimentos derivados da mandioca.

Novas estratégias foram adotadas pelos moradores a partir do acesso à PA-154, a possibilidade de trabalhos aumentou e dessa forma muitas famílias ampliaram ou modificaram seus meios de vida, acompanhando a dinâmica local, “a estrada possibilitou outros tipos de trabalhos, até pra trabalhar em Salvaterra também, porque facilitou o acesso” (Darlane Amador, 28 anos, agricultora, entrevistada por Odenira Corrêa Dias na comunidade Vila União/Campina, em 13/08/2023). Com maior tempo dedicado às atividades não agrícolas, muitos agricultores possuem menos tempo para o trabalho nos seus cultivos agrícolas, além do que as famílias, em sua maioria, são menores, contando com menos mão de obra para o trabalho nos roçados. “Olha pra gente aqui mudou né que, a gente fazia grande naquele tempo, como ainda tinha muita ajuda né, hoje em dia ainda já faz pouco já, só mesmo pra não deixar de fazer a roça” (Carlos Amador, 69 anos, aposentado, entrevistado por Odenira Corrêa Dias na comunidade Vila União/Campina em 14/08/2023).

Antes as famílias eram maior, tinham mais filho. Todo mundo ia [no convidado], mas, até no convidado⁴, se eu levasse duas pessoas no convidado, eu ia ter duas vagas, ainda tem isso, quando ia tua

⁴ Atividade coletiva tradicional presente na comunidade desde sua constituição, e é caracterizada pela ajuda mútua de muitos agricultores, para a roçagem das áreas para o plantio da mandioca, sem a necessidade de pagamento em dinheiro, o pagamento era a troca de serviço. Assim, todos os agricultores tinham mão de obra suficiente para a realização do

mão de obra ali, tu ia ganhar também, então tu poderia fazer uma roça grande, tu não ia ter aquele custo, ia gastar um pouquinho, mas não ia ser aquilo, já melhorava, hoje em dia não, hoje em dia os pessoal já tem menos filhos também, agora não pode tanto fazer, ah não pode mandar filho pra isso, pra aquilo, ainda tem isso também (Darlane Amador, 28 anos, agricultora, entrevistada por Odenira Corrêa Dias na comunidade Vila União/Campina, em 13/08/2023).

É a partir dos produtos e subprodutos advindos dos roçados dos agricultores bem como de seus quintais produtivos, que é realizado mensalmente na comunidade a feira quilombola, um momento que para além da comercialização de produtos na beira da estrada, se propõe a ser um espaço pedagógico de aprendizado especialmente para as crianças de Vila União/Campina sobre a identidade quilombola e a importância disto para a existência da variedade de alimentos que compõem o cotidiano das famílias que ali vivem. A organização da feira é pelas mãos das jovens do Núcleo de Ação e Resistência Quilombola Campina Vila União (NARQ Campina Vila União), em parceria com agricultores quilombolas da comunidade de Vila União/Campina. O NARQ Campina Vila União, é um grupo organizado pela juventude da comunidade que busca trabalhar para o resgate e fortalecimento da identidade quilombola no território.

Foto 1– Feira quilombola de Vila União/Campina.



Foto dos autores (2023).

Assim, observa-se que a comunidade de Vila União/Campina experimenta transformações, que estão diretamente relacionadas ao histórico processo de concentração fundiária, e os recentes de conflitos socioterritoriais gestados especialmente a partir de lógicas externas, como a presença violenta

trabalho nas roças. Além disso, nessa atividade é comum o compartilhamento de comida e de bebida, esta última feita a partir da mandioca (tiberna).

do monocultivo de arroz por grandes fazendeiros, e do incentivo ao monocultivo do abacaxi voltada para os agricultores familiares, além da construção de obras de infraestrutura, como a rodovia PA-154, que se ressalta como um dos principais vetores dos conflitos locais.

A demora no processo de titulação, a insegurança gerada pela violência do avanço dos arrozais, bem como os efeitos da PA-154 intensificaram as mudanças na dinâmica de vida dos moradores da comunidade. No entanto, apesar das diversas transformações no território, os quilombolas constroem resistências a partir da diversidade de plantas nos seus sistemas agrícolas, principalmente nos roçados de mandioca, em que, no total das variedades cultivadas pelos participantes da pesquisa, somam-se 17 variedades de mandioca (mandioca brava) e 6 variedades de macaxeira (mandioca mansa), além das diversas espécies como jerimum, melancia, milho, quiabo, açaí e coco presentes nas roças (Dias, Medeiros e Silva, 2024). A agrobiodiversidade local conforma os produtos comercializados na feira quilombola que se coloca como um espaço de importância que atravessa a mera venda de produtos, já que intenciona também trazer reflexão e fortalecer a identidade do ser quilombola na comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo de desenvolvimento proposto pelo Estado brasileiro para a Amazônia desde a década de 1970 até os dias atuais podem ser lidos sobretudo a partir da ótica da inferiorização racial dos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e caboclos que ali vivem e constroem suas histórias. Considera-se assim relevante olhar para a história recente de espoliação da Amazônia a partir das mobilizações teóricas-epistemológicas de Denise Ferreira da Silva, Neferti Tadiar, Violeta Loureiro e Achille Mbembe que apesar de não dialogarem diretamente em seus escritos, convergem em apontar os efeitos que o histórico de subalternização racial perpetrado sobretudo pelo Eu transparente (homem branco, europeu), conduz para a edificação de seus “afetados”, que possuem vidas descartáveis e territórios que podem servir como locais de políticas de morte e guerra. Assim, a Amazônia se tornou o “outro” para o Brasil, necessitando de políticas para que se humanize os sujeitos amazônicos e lhes ofertem “desenvolvimento”, com modelos econômicos que nas últimas décadas aprofundam a exclusão social e a violação de direitos humanos, e com “[...] o gérmen da predação da natureza, que não existia no passado” (Loureiro, 2022, p. 279).

Para as comunidades quilombolas do Leste marajoara, o Estado ao passo que não constrói ações que acelerem as demarcações dos territórios, age como um comerciante “vendendo” a região para latifundiários que queiram investir suas *commodities* naquelas terras. Assim foi desde o período colonial, com as sesmarias que instituíram a presença das grandes fazendas de gado, que no último século se modificaram para a produção de búfalos, e na década passada ocorreu com o incentivo a produtores de arroz se instalem na região. O avanço indiscriminado dos latifúndios de arrozais aliado à construção da rodovia PA-154 para escoamento da produção na região vem aprofundando os conflitos e a violência que se sobrepõem sobre as comunidades quilombolas, conformando um cenário de guerra com ameaças, proibição de utilização de espaços tradicionais, contaminação humana e ambiental com agrotóxicos, seca dos rios e perda da identidade étnica local a partir da chegada de pessoas de fora.

Os discursos e as mobilizações locais vistas pelos moradores “tradicionais” de Vila União/Campina nos denotam para práticas de resistência diante do horizonte da morte (Da Silva, 2022) imposto a partir da construção da rodovia PA-154, bem como do monocultivo de abacaxi e o avanço dos arrozais. Ressalta-se nesse sentido, que diante do cenário de uma comunidade que cresce

cada vez mais com a chegada de pessoas “de fora” que não possuem nenhuma ligação intrínseca com o território, que a realização mensal da feira quilombola, das atividades pedagógicas das jovens com as crianças da comunidade, os esforços de reivindicação da associação de moradores (AMARQVUC), se configuram como as principais articulações construídas em Vila União/Campina visando fortalecer uma identidade étnica-cultural tão vilipendiada e inferiorizada pelos sujeitos transparentes que buscam colonizar o Leste marajoara.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. Quilombolas na Ilha do Marajó: território e organização política. *In*: GODOI, M. A. M.; MENEZES, M.A.; MARIN, R. E. A. (Org.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. v. 1, p. 209- 227.

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. **Herdeiros das terras de Deus Ajude, Salvaterra** – Pará. Belém, Unamaz/SEJU/UFPA/NAEA. Set. 2006 [Relatório da pesquisa “Estudos e publicações sobre Grupos Negros no Pará”.]

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. **Campesinato étnico na ilha de Marajó**: acesso, controle e qualidade dos recursos hídricos. Belém: Unamaz/UFPA (março 2005). [Relatório da pesquisa do projeto “Águas da Pan Amazônia: institucionalização de marcos regulatórios, visões de atores políticos e estratégias” (Unamaz/UFPA, CCB, CNPq), Belém, 2005.]

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. **Campesinato negro na Ilha de Marajó**: Relatório do Projeto Estudo de comunidades negras rurais no Estado do Pará. Belém: UNAMAZ/SEJU/NAEA, 2004.

ALFANO, Bruno. **Expedição em Marajó registra ataques a quilombolas, que são impedidos até de ser enterrados em cemitério secular**. O Globo. 31 de Out. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/expedicao-em-marajo-registra-ataques-quilombolas-que-sao-impedidos-ate-de-ser-enterrados-em-cemiterio-secular-25258870>. Acesso em: 24 de Abr. 2024.

ALMEIDA, Márcia Regina Galvão de; NASCIMENTO, Elaine Ferreira do. Ocupação, produção e resistência: terras quilombolas e o lento caminho das titulações. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, v. 23, n. 4, p. 945-958, out/dez. 2022.

ASSUNÇÃO, Fernando. **Mulher sofre aborto após ser intoxicada por agrotóxico em quilombo no Pará**. Alma Preta. 17 de Abr. 2024. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/mulher-sofre-aborto-apos-ser-intoxicada-por-agrotoxico-em-quilombo-no-para/>. Acesso em: 20 de Maio de 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BARGAS, Janine de Cássia Rocha; CARDOSO, Luis Fernando Cardoso e. Cartografia social e organização política das comunidades remanescentes de quilombos de Salvaterra, Marajó, Pará, Brasil. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**, Belém, v. 10, n. 2, p. 469-488, 2015.

BARROS, Flávio Bezerra. **O arroz da morte na Ilha do Marajó**. Brasil de Fato. 25 de Jun. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/06/25/o-arroz-da-morte-na-ilha-do-marajo>. Acesso em: 24 de Abr. 2024.

BEZERRA, Sueyla Malcher. **Agrobiodiversidade e conhecimentos locais das plantas alimentícias no quilombo de Deus Ajude, Arquipélago do Marajó – Pará**. 2020. 162f.

Dissertação (Mestrado em Agriculturas Amazônicas), Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares - Universidade Federal do Pará, Belém/PA, 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016, 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 8 de Dez. 2022.

CAMPOS, Thalyta Brandão de. **A morosidade do processo de titulação como ameaça às comunidades quilombolas do Marajó**: a análise da ação de antagonistas no município de Salvaterra. 2023. 98f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - Universidade Federal do Pará, Belém/PA, 2023.

CANUTO, Antonio. Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade. **Revista Nera**, n. 5, p. 1-12, 2012.

CASTRO, Edna. “**Terras de pretos entre igarapés e rios**”. Artigo parte integrante do relatório de pesquisa: “quilombola de Bujarú. Memória da escravidão, territorialidade e titulação da terra”, elaborado na pesquisa Mapeamento das comunidades negras rurais no estado do Pará, através do convenio celebrado entre Secretaria de Justiça do estado/Programa Raízes e UNAMAZ, e no âmbito da pesquisa NAEA/UFGA, 1999.

CPISP – Comissão Pró-Índio de São Paulo. **Observatório Terras Quilombolas**. 2024. Disponível em: <https://cpisp.org.br/direitosquilombolas/desafios-para-titulacao-das-terras-quilombolas/>. Acesso em: 7 Jan. 2024.

CRUZ, Benedito Ely Valente da. **O alvorecer das indicações geográficas na Amazônia**: a “corrida” pela IG do queijo artesanal do Marajó/PA. 2017. 389f. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente/SP, 2017.

DA SILVA, Denise Ferreira. **Homo modernus**: para uma ideia global de raça. COBOGO, 2022. 606 p.

DE SOUZA, Sidimara Cristina; BRANDÃO, André Augusto Pereira. Política de titulação de terras quilombolas. In: VII Jornada Internacional Políticas Públicas, 2015, São Luis, MA. **Anais..** São Luis: Universidade Federal do Maranhão, 2015. Disponível em: <https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo12/politica-de-titulacao-de-terras-quilombolas.pdf>.

DIAS, Odenira Corrêa; MEDEIROS, Monique; SILVA, Luís Mauro Santos. Agrobiodiversidade quilombola (em risco) no Marajó dos Campos: transformações nas roças em face a projetos desenvolvimentistas. **Revista Cadernos do Ceom**, v. 37, n. 60, p. 25-43, 2024.

ESCADA, Maria Isabel Sobral; AMARAL, Silvana; FERNANDES, Danilo Araújo. Dinâmicas de ocupação e as transformações das paisagens na Amazônia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 39, p. e00021723, 2023.

FIGUEIREDO, Napoleão. Presença africana na Amazônia. **Revista Afro-Ásia**, Salvador, n. 12, p. 145-160, 1976.

GOMES, Derick Lima; SCHMITZ, Heribert; BRINGEL, Fabiano de Oliveira. Identidade e mobilização quilombola na Amazônia Marajoara. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 38, n. 3, p. 591-618, 2018.

GOMES, Derick Lima. *et al.* Expansão do agronegócio e conflitos socioambientais na Amazônia Marajoara. **REVISTA NERA**, n. 42, p. 135-161, 2018.

GOMES, Flávio dos Santos. **A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (Séculos XVII-XIX)**. São Paulo: Ed. UNESP; Ed. Polis, 2005. 464p.

GONÇALVES, Amanda Cristina Oliveira. *et al.* Marajó. In: ALVES, F. (Org). **A função socioambiental do patrimônio da União na Amazônia**. Brasília: IPEA, 2016. p. 107-198.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo 2010 –Tabelas**. Brasília/DF, 2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=resultados>>. Acesso em: 14 jul. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico 2022 – Primeiros Resultados do Universo**. 2022a. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/primeiros-resultados-populacao-e-domicilios>>. Acesso em: 21 Jan. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - Incra. **Andamento de titulações quilombolas**. Brasília/DF, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/quilombolas>. Acesso em: 28 de jul. 2024.

LIMA, Mayara Gonçalves; STEWARD, Angela May. Dos bacurizais às roças: ocupação e uso dos espaços no território do quilombo Bairro Alto, Salvaterra, Pará. **Desenvolvimento Rural Interdisciplinar**, Porto Alegre, v.3, n.1, p. 15-45, mai. 2020.

LIMA FILHO, Petrônio Medeiros. Entre Quilombos: circuitos de Festas de Santo e a construção de alianças políticas entre as Comunidades Quilombolas de Salvaterra-Marajó-Pará. 2014. 238f. Dissertação (Mestrado em Ciências sociais). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará. Belém, 2014.

LISBOA, Pedro Luiz Braga. **A terra dos Aruã: uma história ecológica do arquipélago do Marajó**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2012. 481p.

LOUREIRO, Violeta. **Amazônia Colônia do Brasil**. Manaus: Editora Valer, 2022. 352p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2007. 312p.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte**. Rio de Janeiro: n-1 Edições, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NOGUEIRA, Cristiane Silva. **Território de pesca no Estuário Marajoara: comunidades negras rurais e conflito no município de Salvaterra (Pará)**. 2005. 179f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – Universidade Federal do Pará, Belém/PA, 2005.

PACHECO, Agenor Sarraf. Cosmologias afroíndigenas na Amazônia marajoara. **Projeto Histórias**, São Paulo, v. 44, p. 197-226, 2012.

PAJOLLA, Murilo. **Fazendeiro é acusado de invadir quilombo e lançar agrotóxico contra moradores no Marajó (PA)**. Brasil de Fato. 09 mar. 2024. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/03/09/fazendeiro-e-acusado-de-invadir-quilombo-e-lancar-agrotoxico-contramoradores-no-marajo-pa>. Acesso em: 09 de Jun. 2024.

ROSA, Marcelo. Por uma ética da ontoformatividade: reflexões e proposições sobre a relação ontológica entre teoria e pesquisa na sociologia contemporânea do Sul Global. **Revista Sociedade e Estado** – Volume 37, Número 3, setembro/dezembro, 2022.

SALLES, Vicente. **O negro no Pará sob o regime da escravidão**. 3ª ed. Belém: IAP; Programa Raízes, 2005. 372p.

SIT / MDA - SISTEMA DE INFORMAÇÕES TERRITORIAIS / MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO: “**Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó**”. 2007. 296p. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_territorio129.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2021.

TADIAR, Neferti X M. **Remaindered life**. Durham: Duke University Press, 2022.

ZUKER, Fábio. “**A natureza está secando**”: quilombo no Marajó vive impactos do arrozal e clima de violência. *Amazônia Real*. 06 de Abr. 2020. Disponível: <https://amazoniareal.com.br/a-natureza-esta-secando-quilombo-no-marajo-vive-impactos-do-arrozal-e-clima-de-violencia/>. Acesso em: 24 de Abr. 2024.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA:

O conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo não está disponível ao público.

FINANCIAMENTO: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001.

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS:

Autor / A1: Writing – Original Draft; Writing – Review and Editing

Autor / A2: Writing – Review and Editing

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE: As/os autoras/es declaram que não há conflito de interesses a mencionar.

MINIBIOGRAFIAS DOS/DAS AUTORAS DO PAPER

Marcelo Rodrigues Lopes é doutorando e mestre pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Bacharel em Agronomia pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

Odenira Correa Dias é doutoranda e mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Agriculuras Amazônicas (PPGAA) no Instituto Amazônico de Agriculuras Familiares da Universidade Federal do Pará (UFPA). É Bacharela em Agronomia pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

This preprint was submitted under the following conditions:

- The authors declare that they are aware that they are solely responsible for the content of the preprint and that the deposit in SciELO Preprints does not mean any commitment on the part of SciELO, except its preservation and dissemination.
- The authors declare that the necessary Terms of Free and Informed Consent of participants or patients in the research were obtained and are described in the manuscript, when applicable.
- The authors declare that the preparation of the manuscript followed the ethical norms of scientific communication.
- The authors declare that the data, applications, and other content underlying the manuscript are referenced.
- The deposited manuscript is in PDF format.
- The authors declare that the research that originated the manuscript followed good ethical practices and that the necessary approvals from research ethics committees, when applicable, are described in the manuscript.
- The authors declare that once a manuscript is posted on the SciELO Preprints server, it can only be taken down on request to the SciELO Preprints server Editorial Secretariat, who will post a retraction notice in its place.
- The authors agree that the approved manuscript will be made available under a [Creative Commons CC-BY](#) license.
- The submitting author declares that the contributions of all authors and conflict of interest statement are included explicitly and in specific sections of the manuscript.
- The authors declare that the manuscript was not deposited and/or previously made available on another preprint server or published by a journal.
- If the manuscript is being reviewed or being prepared for publishing but not yet published by a journal, the authors declare that they have received authorization from the journal to make this deposit.
- The submitting author declares that all authors of the manuscript agree with the submission to SciELO Preprints.